

**APÊNDICE DO ANEXO XA – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****Processo Administrativo nº 161722****INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

Este objeto tem como escopo a Contratação de empresa prestadora de serviços de construção civil para execução de obra de reforma e revitalização de campo de futebol, na Vila São José, Olímpia/SP.

Esta contratação tem fundamento na indicação e solicitação de representante do poder legislativo para utilização dos recursos oriundos da Emenda Parlamentar Estadual n.º 88830/2025 para construção do objeto especificado neste Termo de Referência, sendo a execução de obra de reforma e revitalização do campo de futebol localizado na Vila São José, no Município da Estância Turística de Olímpia, e justifica-se pela necessidade de adequação, recuperação e melhoria das condições estruturais, funcionais e de segurança do referido equipamento público, de modo a garantir sua plena utilização pela comunidade local, em consonância com o interesse público, os princípios da Administração Pública e as diretrizes de desenvolvimento urbano, social e esportivo do Município.

O campo de futebol da Vila São José constitui-se em importante espaço público de convivência, lazer, prática esportiva e integração social, sendo tradicionalmente utilizado por crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos da região, bem como por projetos sociais, atividades recreativas, campeonatos amadores e eventos comunitários. Trata-se, portanto, de equipamento urbano essencial à promoção da qualidade de vida, da inclusão social, da saúde e do bem-estar da população.

Entretanto, em razão do uso contínuo ao longo dos anos, da exposição às intempéries climáticas, da ausência de intervenções estruturais periódicas e do desgaste natural dos materiais, o referido campo encontra-se atualmente em condições inadequadas de conservação e funcionamento, apresentando problemas que comprometem sua utilização segura e eficiente. Dentre as principais deficiências observadas, destacam-se, a título exemplificativo:

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

- Degradação do gramado e/ou do piso do campo, com desníveis, falhas de drenagem e áreas desgastadas, que aumentam o risco de acidentes e lesões aos usuários;
- Comprometimento das áreas de entorno, como alambrados, muretas, acessos e áreas de circulação, afetando a segurança e a acessibilidade;
- Ausência ou precariedade de sistemas adequados de drenagem, iluminação e infraestrutura de apoio, quando existentes;
- Desgaste de equipamentos esportivos e elementos complementares, como traves, bancos de reserva e demais estruturas associadas ao uso do campo;
- Falta de adequação às normas técnicas vigentes, às condições mínimas de segurança e aos princípios de acessibilidade universal.

Tais condições limitam significativamente o uso do espaço pela comunidade, reduzem sua vida útil e geram potenciais riscos à integridade física dos usuários, além de descaracterizarem a finalidade social do equipamento público. Assim, a não realização de intervenções corretivas e preventivas tende a agravar o estado de conservação do campo, implicando custos ainda maiores ao erário no futuro e privando a população de um espaço essencial de lazer e esporte.

Diante desse cenário, a reforma e revitalização do campo de futebol da Vila São José mostram-se necessárias e oportunas, visando à recuperação das condições adequadas de uso, à modernização da infraestrutura existente e à valorização do espaço público. A intervenção proposta busca não apenas sanar problemas pontuais, mas promover uma requalificação integral do equipamento, considerando aspectos técnicos, funcionais, urbanísticos, ambientais e sociais.

A execução da obra permitirá:

- Proporcionar melhores condições para a prática esportiva segura e adequada, incentivando hábitos saudáveis e a convivência comunitária;
- Atender à demanda da população local por espaços públicos qualificados de lazer e esporte;
- Contribuir para a inclusão social, especialmente de crianças e jovens, por meio do esporte e de atividades recreativas;
- Valorizar o espaço urbano da Vila São José, promovendo a melhoria do ambiente público e do entorno;
- Preservar e ampliar a vida útil do patrimônio público municipal, mediante intervenções técnicas planejadas e duráveis.

Ressalta-se que a presente demanda está alinhada às políticas públicas municipais voltadas ao esporte, ao lazer, à promoção da saúde e ao desenvolvimento social, bem como aos objetivos de planejamento urbano e de melhoria da infraestrutura pública. A revitalização do campo de futebol atende, ainda, ao princípio da eficiência administrativa, ao buscar a recuperação de um equipamento existente, com melhor custo-benefício em comparação à implantação de uma nova estrutura.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

Portanto, a contratação de empresa especializada para a execução da obra de reforma e revitalização do campo de futebol da Vila São José revela-se indispensável para o atendimento do interesse público, para a adequada prestação de serviços à população e para a promoção do desenvolvimento social e urbano do Município da Estância Turística de Olímpia, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme publicação: <https://pncp.gov.br/app/pca/46596151000155/2026>.

**3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1 – Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, projeto básico e executivo, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

3.2 – A Resolução CONAMA n.º 307/2002 em seu artigo 2º, inciso I, define resíduos de construção civil como: “são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha”.

3.3 – Sendo os resíduos passíveis de serem gerados são classificados como pertencentes as classes A, B, C e D, segundo o artigo 3º da Resolução CONAMA acima referida.

a) Classe A – resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

- De construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem.
- De construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, etc.), argamassa e concreto;
- De processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas de concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.), argamassas e concreto.



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

b) Classe B: são resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso. (Redação dada pela Resolução nº 469/2015);

c) Classe C: são resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a reciclagem ou recuperação. (Redação dada pela Resolução nº 431/2011);

d) Classe D: são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e outros materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. (Redação dada pela Resolução nº 348/04);

3.4 – A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

3.5 – Atender, no que couber aos requisitos da Lei Municipal nº 4.041/2015 – Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Estância Turística de Olímpia, subsidiariamente ao disposto em tópicos específicos do plano diretor (Lei Complementar nº 254/2021) e Código de Obras Municipal (Lei Complementar nº 256/2021).

3.6 – A Contratada deverá ter como objetivo a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição ambientalmente adequada dos rejeitos.

3.7 – Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como em áreas não licenciadas. Devendo ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos:

- Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe A de reservação de material para uso futuro;
- Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

- Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

3.7.1 – No caso da geração de resíduos decorrentes de “bota-fora”, em virtude de serviços de adequação externa e de integração dos imóveis estes serão transportados e depositados em área pública municipal com autorização da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura (SMOEI), visando a economicidade da contratação na qual a correta destinação ficará por conta da CONTRATANTE.

3.8 – As embalagens de tintas utilizadas deverão ser submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da lei 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de tintas presentes nas embalagens, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002.

3.8.1 – As embalagens vazias de tintas imobiliárias são consideradas resíduos de classe B.

3.8.1.1 – O parágrafo 1º, do artigo 3º, da Resolução CONAMA nº 307 conceitua embalagens vazias de tintas imobiliárias, como aquelas em que o recipiente apresenta apenas um filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulos de resíduos de tinta líquida.

3.8.2– Atendendo ao requisito acima, o recipiente deverá ser direcionado para canais tradicionais de reciclagem já disponíveis ao público em geral.

3.9 – Devendo atender também aos requisitos constantes do Decreto Estadual nº 37.952/1999, que regulamenta a coleta o transporte e a destinação final de entulho, terras e sobras de matérias de construção, e regulamenta a Lei Estadual nº 10.315/1987.

3.10 – Atendendo ainda aos requisitos constantes no Plano Municipal de Resíduos Sólidos do Município de Olímpia, através da Lei nº 4.041/2015 e subsidiariamente as Normas ABNT NBR nº 15112, 15113 e 15114.

**Demais requisitos da contratação:**

3.11 – Deverão ser fornecidos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, para os visitantes (autoridades públicas, assessores etc.), capacete, óculos de proteção e protetor auricular, durante a realização de eventuais visitas institucionais.

3.12 – A instalação da placa de obra correrá às expensas da Contratada, e deverá ser executada nos moldes da Contratante, na qual deverá constar o nome do responsável técnico pela execução da obra, com a identificação da respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART). A placa deverá ser fixada em local visível, indicado pelo fiscal técnico do contrato.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

3.13 – Será obrigatória a realização de reunião preliminar junto ao fiscal técnico do contrato junto ao preposto (equipe técnica) da CONTRATADA, e profissionais técnicos da Divisão de Projetos e Obras, da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, visando a promoção e o alinhamento dos ajustes necessários para o início da obra, no intuito de mitigar quaisquer impactos negativos na estrutura da construção contígua.

3.14 - No caso da necessidade de utilização de energia elétrica para o desenvolvimento dos serviços, como a utilização de vibradores, compactadores manuais, iluminação etc., os custos tanto para prover a infraestrutura necessária para a ligação elétrica como o pagamento da energia consumida correrão às custas da CONTRATADA.

3.14.1 - Caso não seja possível utilizar energia da distribuidora local, a CONTRATADA deverá instalar um gerador por conta própria, sem que seu uso implique em ônus à CONTRATANTE.

3.15 - Os operários (colaboradores) empregados na execução dos serviços objeto desta contratação deverão apresentar-se devidamente uniformizados e identificados por intermédio de crachá, utilizando Equipamento de Proteção Individual (EPI) obrigatório. Não será permitida a permanência na obra de operários (funcionários) da CONTRATADA que não estiverem utilizando Equipamento de Proteção Individual (EPI).

3.16 - Deverão ainda ser atendidas as disposições previstas no Plano Diretor do Município da Estância Turística de Olímpia (Lei Complementar nº 245/2021) e do Código de Obras Municipal (Lei Complementar nº 256/2021) quanto a mobilização, retirada e armazenamento de materiais de construção civil.

3.17 – Subsidiariamente as normas previstas da ABNT NBR para execução dos serviços que compõem este objeto, deverão ser atendidas, as seguintes normas: NBR 16868-2, NBR 15270, NBR 15575, NBR 6118, NBR 5410, NBR 5419, NBR 14565, NBR 5626, NBR 8160, NBR 10844, e as instruções técnicas em vigência do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo (CBPMESP).

**Vistoria Prévia:**

3.18 – A avaliação prévia do local de execução dos serviços não é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto.

3.18.1 – A vistoria prévia poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da CONTRATADA, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.18.2 – A realização da vistoria prévia do local será de acordo com estabelecido no §4º do art. 63, cujo preposto, devidamente identificado, será acompanhado por profissional



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

designado pela Divisão de Projetos e Obras da Secretaria Municipal da Obras, Engenharia e Infraestrutura, através do e-mail: [agendamento@olimpia.sp.gov.br](mailto:agendamento@olimpia.sp.gov.br), ou do telefone (17) 3279-4860, durante o horário comercial, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, exceto aos feriados e pontos facultativos; após a realização da vistoria, será emitido o Termo de Vistoria Prévia, pelo departamento competente, que deverá ser juntado pela licitante na documentação para habilitação e participação no certame através da plataforma E-LICITA OLÍMPIA, disponível no site [www.olimpia.sp.gov.br](http://www.olimpia.sp.gov.br).

3.18.3 – Os agendamentos para a vistoria prévia deverão ser feitos com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, através dos contatos mencionados no item anterior. Quando solicitada ou marcada para as sextas-feiras, deverão ser efetuadas preferencialmente no período da manhã.

3.19 – Visando ao pleno atendimento da necessidade pública, obrigatoriamente, a licitante vencedora deverá apresentar ao Gestor e Fiscal Técnico do Contrato, um cronograma de evolução da obra, das quantidades de serviços executados, segmentado semanalmente desde o efetivo início dos serviços até a sua conclusão. Este recurso visa prever eventuais riscos de atraso da conclusão do objeto e auxiliar o corpo técnico do órgão competente na tomada de decisões estratégicas subsidiando a CONTRATADA no que for de atribuição da CONTRATANTE.

3.19.1 – O cronograma de evolução da obra deverá ser enviado no e-mail do fiscal técnico do contrato até às 16 horas do dia, todas as sextas-feiras ou no último dia útil da semana, quando precedido de feriado ou ponto facultativo dentro do calendário municipal, para apreciação do corpo técnico da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura.

### **Subcontratação**

3.20 – Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

4.1. As quantidades estimadas para atendimento da demanda seguem demonstradas na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL,	1 (UM)

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

	NA VILA SÃO JOSÉ, OLÍMPIA/SP.  DESCRIÇÃO DO ITEM: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL, NA VILA SÃO JOSÉ, OLÍMPIA/SP.	
--	---	--

4.2. A contratação em questão contempla a execução dos seguintes serviços:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
1	Serviços preliminares
2	Administração local
3	Demolições e retiradas
4	Campo de futebol e parede lateral
5	Fechamentos
6	Arquibancada
7	Pisos e acessibilidade
8	Elétrica
9	Finalização da obra

**5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Para a obtenção do levantamento de mercado foi realizada consulta no Boletim Referencial de Custos CDHU n.º 200, data-base: 11/2025; e SINAPI, data-base 12/2025; que seguem em anexo a este Estudo Técnico Preliminar:

ITEM	QUANTIDADE	PESQUISA	VALOR (R\$)
EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E	1 (UM)	OS CUSTOS UNITÁRIOS	R\$ 218.179,28 (DUZENTOS



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

REVITALIZAÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL, NA VILA SÃO JOSÉ, OLÍMPIA/SP.		FORAM OBTIDOS A PARTIR DAS SEGUINTE	
DESCRIÇÃO DO ITEM: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL, NA VILA SÃO JOSÉ, OLÍMPIA/SP.		BASES DE PREÇOS: CUSTOS CDHU N.º 200, DATA-BASE: 11/2025; E SINAPI, DATA-BASE 12/2025.	E DEZOITO MIL, CENTO E SETENTA E NOVE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS)

**6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Esta estimativa teve como base a planilha orçamentária detalhada da obra total, elaborada com base nos projetos básicos, contendo a discriminação dos serviços, materiais e custos unitários e totais, em conformidade com as normas técnicas vigentes e os parâmetros adotados pela Administração Pública. Destaca-se que o projeto apresentado abrange a totalidade da intervenção proposta, assegurando assim, o atendimento integral da demanda identificada pela Administração, obtendo-se uma informação da despesa e, portanto, juntamente o Termo de Referência da contratação, nos termos dos incisos XXIII, XXV e XXVI, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, para efeito de composição dos valores de referência para a licitação.

Para estimar o valor da contratação foi elaborado um programa de necessidades dos principais serviços solicitados, levando-se em conta as quantidades apuradas dos serviços a serem executados com base em levantamentos das medidas no local, de forma estimativa ou paramétrica, adotando-se os custos unitários partir das seguintes bases de preço: Custos CDHU n.º 200, data-base: 11/2025; e SINAPI, data-base 12/2025, em anexo a este Estudo Técnico Preliminar.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

Visando trazer maior confiabilidade no valor estimativo da contratação, adotou-se após o somatório dos itens uma alíquota de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) de 22,8% para o objeto em questão.

Portanto, estima-se o valor total da contratação, conforme a metodologia acima exposta, em R\$ 218.179,28 (duzentos e dezoito mil, cento e setenta e nove reais e vinte e oito centavos).

## **7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta consiste na execução integrada de obra de reforma e revitalização do campo de futebol da Vila São José, abrangendo o conjunto de intervenções técnicas necessárias para a recuperação, modernização e adequação funcional do equipamento público, consideradas todas as etapas do seu ciclo de vida, desde o planejamento e execução da obra até sua utilização, operação e manutenção futura.

A intervenção deverá ser concebida de forma sistêmica, buscando não apenas a correção pontual de patologias existentes, mas a requalificação completa do espaço esportivo, assegurando condições adequadas de uso, segurança, durabilidade, desempenho técnico e atendimento às necessidades da população usuária. A solução deverá observar as normas técnicas vigentes, as boas práticas de engenharia, os critérios de sustentabilidade e os princípios da eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

De maneira geral, a solução compreende, entre outras, as seguintes frentes de atuação, que deverão ser detalhadas nos projetos, planilhas e memoriais técnicos:

Recuperação e adequação do campo de jogo, incluindo regularização do terreno, correção de desníveis, implantação ou recuperação do sistema de drenagem, recomposição do gramado natural ou adequação do piso esportivo, conforme o caso, garantindo condições apropriadas para a prática esportiva segura;

Reforma e/ou substituição de equipamentos esportivos, tais como traves, redes, bancos de reserva e demais elementos necessários ao pleno funcionamento do campo;

Revitalização das áreas de entorno, contemplando alambrados, muretas, acessos, passeios internos, áreas de circulação e demais estruturas complementares, visando à segurança dos usuários e à organização do espaço;

Adequação da infraestrutura de apoio, quando existente, incluindo eventuais intervenções em iluminação, drenagem superficial, acessibilidade, sinalização e demais sistemas necessários ao uso adequado do equipamento;

Correção de patologias construtivas, reforços estruturais e substituição de materiais deteriorados, de modo a prolongar a vida útil do patrimônio público;

Adequação às normas de acessibilidade e segurança, garantindo condições mínimas de acesso universal e redução de riscos aos usuários.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

A execução da obra deverá ocorrer de forma planejada e coordenada, com a utilização de materiais de qualidade, mão de obra qualificada e técnicas construtivas adequadas, assegurando a durabilidade das intervenções e a redução de custos futuros com manutenção corretiva. A solução proposta prioriza intervenções que apresentem melhor custo-benefício ao longo do ciclo de vida do empreendimento, considerando não apenas o custo inicial da obra, mas também os custos de operação e manutenção ao longo do tempo.

A opção pela reforma e revitalização do campo existente, em detrimento da implantação de um novo equipamento esportivo, mostra-se tecnicamente mais vantajosa e economicamente mais eficiente, uma vez que permite o aproveitamento da infraestrutura já implantada, reduz impactos urbanos e ambientais e atende de forma mais célere à demanda da população local.

Ressalta-se que a solução como um todo deverá ser executada de forma integrada, garantindo a compatibilidade entre os diversos serviços e sistemas envolvidos, bem como o atendimento às especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e padrões de qualidade estabelecidos pela Administração Pública.

Ao final da intervenção, espera-se disponibilizar à população da Vila São José um campo de futebol revitalizado, seguro, funcional e adequado ao uso coletivo, promovendo o esporte, o lazer, a convivência social e a valorização do espaço público, em consonância com as políticas públicas municipais e com o interesse público.

## **8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

O parcelamento da contratação do serviço não é aplicável, uma vez que a natureza do objeto exige execução integrada e contínua, sendo tecnicamente inviável a divisão em partes autônomas. A fragmentação do contrato comprometeria a funcionalidade e a eficiência na prestação do serviço, além de gerar riscos à coordenação e ao controle da execução contratual.

Ademais, a contratação proporciona maior economicidade, evitando custos adicionais com administração, fiscalização e gestão de múltiplos contratos. A medida está em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e funcionalidade previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu artigo 40, §1º, que permite a contratação em casos de inviabilidade técnica ou econômica do parcelamento.

## **9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

9.1 - Os resultados pretendidos com a execução da obra de reforma e revitalização do campo de futebol da Vila São José decorrem diretamente do atendimento ao interesse



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

público e da necessidade de requalificação do equipamento esportivo, buscando impactos positivos de ordem social, urbana, funcional, patrimonial e administrativa.

De forma objetiva, a contratação visa alcançar os seguintes resultados:

**9.1.1 Resultados Funcionais e Operacionais**

- Restabelecimento das condições adequadas de uso do campo de futebol, garantindo superfície de jogo regular, segura e apropriada à prática esportiva;
- Melhoria da infraestrutura física e dos equipamentos esportivos, assegurando pleno funcionamento do espaço;
- Adequação do campo e de suas áreas de apoio às normas técnicas, de segurança e de acessibilidade aplicáveis;
- Ampliação da vida útil do equipamento público, por meio de intervenções corretivas e preventivas devidamente planejadas.

**9.1.2 Resultados Sociais e Comunitários**

- Disponibilização à população da Vila São José de espaço público qualificado para lazer, esporte e convivência social;
- Incentivo à prática esportiva e a hábitos saudáveis, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens;
- Fortalecimento da integração comunitária e do uso coletivo do espaço público;
- Apoio a projetos sociais, atividades recreativas e campeonatos amadores desenvolvidos no âmbito municipal.

**9.1.3 Resultados Urbanísticos e Ambientais**

- Valorização do espaço urbano e melhoria do aspecto visual e funcional do entorno do campo de futebol;
- Organização das áreas de circulação e acessos, contribuindo para maior segurança e conforto dos usuários;
- Redução de impactos negativos decorrentes da degradação do equipamento público;
- Promoção do uso racional da infraestrutura existente, evitando a necessidade de implantação de novo equipamento esportivo.

**9.1.4 Resultados Patrimoniais e Econômicos**

- Preservação e valorização do patrimônio público municipal, mediante recuperação e modernização de estrutura existente;
- Redução de custos futuros com manutenção corretiva emergencial, em razão da execução de obra planejada e durável;
- Melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida do empreendimento;
- Aplicação eficiente dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura****9.1.5 Resultados Administrativos e Institucionais**

- Atendimento às diretrizes e políticas públicas municipais voltadas ao esporte, lazer, saúde e desenvolvimento social;
- Cumprimento do planejamento da Administração Pública, alinhando a intervenção às ações da Secretaria Municipal de Obras;
- Melhoria da prestação de serviços públicos à população local;
- Atendimento às exigências legais e normativas estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

Portanto, espera-se que a execução da obra resulte na entrega de um campo de futebol revitalizado, seguro, funcional e socialmente relevante, capaz de atender de forma contínua e eficiente às demandas da comunidade da Vila São José, promovendo benefícios duradouros à população e ao Município de Olímpia/SP.

**10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Caberá à administração municipal adotar as seguintes providências prévias à celebração do contrato:

- Deverão ser designados o fiscal técnico e gestor do contrato, ambos provenientes do quadro de servidores efetivos da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura de nível técnico compatível com a natureza do objeto, juntamente com o devido apoio técnico conforme disposto no artigo 117, da NLLC.
- Deverá ser elaborado o Termo de Referência da contratação, contendo todos os elementos necessários para a contratação dos serviços, com base no Estudo Técnico Preliminar, nos termos do inciso XXIII, do art. 6, da NLLC.
- O setor competente da Secretaria Municipal de Gestão e Cidade Inteligente deverá elaborar o edital de licitação para contratação dos serviços nos termos da Lei nº 14.133/21 e demais instrumentos regulatórios municipais.
- Deverão ser avaliados os requisitos de acervo para habilitação técnica profissional nos termos do artigo 67, inciso I, a serem especificados no termo de referência que instruirá a referida contratação.
- Deverão ser previstos os percentuais de multa e mora aplicáveis ao caso junto ao termo de referência da contratação, nos moldes estabelecidos pela Secretaria Municipal de Gestão e Cidade Inteligente.

O setor competente da Secretaria Municipal de Obras deverá possuir estrutura computacional compatível para o recebimento e análise dos produtos.

**11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

Não há contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir na contratação.

**12 – IMPACTOS AMBIENTAIS**

A execução da obra de reforma e revitalização do campo de futebol da Vila São José implica impactos ambientais pontuais e temporários, inerentes a obras civis de pequeno e médio porte em área urbana consolidada. Tais impactos, quando devidamente identificados, controlados e mitigados, não comprometem o meio ambiente, sendo plenamente administráveis por meio da adoção de boas práticas construtivas, do cumprimento da legislação ambiental vigente e da fiscalização adequada por parte da Administração Pública.

**12.1 Caracterização Geral dos Impactos**

Os impactos ambientais associados à solução proposta concentram-se, majoritariamente, na fase de execução da obra, não havendo previsão de impactos ambientais permanentes relevantes na fase de operação, uma vez que se trata da recuperação e melhoria de equipamento público já existente, sem ampliação significativa da área ocupada ou supressão de vegetação relevante.

De forma geral, os impactos ambientais potenciais incluem:

- Geração de resíduos sólidos da construção civil;
- Emissão temporária de poeira e partículas em suspensão;
- Produção de ruídos decorrentes da utilização de máquinas e equipamentos;
- Consumo de materiais, água e energia durante a execução dos serviços;
- Possível alteração temporária da drenagem superficial durante as intervenções.

**12.2 Medidas de Controle e Mitigação**

Para minimizar e controlar os impactos ambientais identificados, a solução proposta prevê a adoção das seguintes medidas, sem prejuízo de outras que se mostrem necessárias durante a execução:

- Gestão adequada dos resíduos da construção civil, com segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente e com as normas aplicáveis;
- Controle de poeira, por meio de umedecimento periódico das áreas de trabalho e adoção de procedimentos que reduzam a dispersão de partículas;
- Controle de ruídos, restringindo a execução de serviços mais ruidosos aos horários permitidos pela legislação municipal e adotando equipamentos em boas condições de uso;
- Uso racional de recursos naturais, priorizando técnicas construtivas que reduzam o desperdício de materiais, água e energia;



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

- Proteção do entorno, evitando danos a áreas adjacentes, redes públicas e equipamentos urbanos existentes;
- Manutenção das condições adequadas de drenagem, prevenindo alagamentos, erosões ou assoreamentos durante e após a obra.

**12.3 Sustentabilidade e Benefícios Ambientais Indiretos**

Além da mitigação de impactos, a solução proposta apresenta benefícios ambientais indiretos, dentre os quais se destacam:

- Aproveitamento e requalificação de infraestrutura existente, reduzindo a necessidade de novas intervenções urbanas e a ocupação de novas áreas;
- Ampliação da vida útil do equipamento público, evitando intervenções corretivas frequentes e o consequente consumo adicional de recursos;
- Contribuição para a melhoria do microambiente urbano, com organização do espaço, melhor drenagem superficial e condições adequadas de uso;
- Estímulo ao uso de espaço público para atividades esportivas e recreativas, promovendo qualidade de vida e bem-estar da população.

**12.4 Conformidade Legal e Responsabilidade Ambiental**

A execução da obra deverá observar integralmente a legislação ambiental aplicável, as normas técnicas vigentes e as exigências dos órgãos competentes, cabendo à empresa contratada a adoção de práticas ambientalmente responsáveis durante todas as etapas da obra. A Administração Pública, por sua vez, deverá acompanhar e fiscalizar o cumprimento das medidas de controle ambiental estabelecidas.

Logo, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da reforma e revitalização do campo de futebol da Vila São José são controláveis, temporários e de baixa significância, sendo plenamente mitigáveis mediante planejamento adequado, boas práticas de engenharia e gestão ambiental responsável, em consonância com o interesse público e com os princípios do desenvolvimento sustentável.

**13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A viabilidade da contratação para a execução da obra de reforma e revitalização do campo de futebol da Vila São José está devidamente caracterizada sob os aspectos técnico, econômico-financeiro, administrativo, operacional e legal, demonstrando que a solução proposta é exequível, adequada ao interesse público e compatível com a capacidade da Administração Municipal.

**13.1 Viabilidade Técnica**

Do ponto de vista técnico, a contratação mostra-se plenamente viável, uma vez que os serviços a serem executados caracterizam-se como obra comum de engenharia, com técnicas construtivas amplamente difundidas no mercado, não exigindo soluções inovadoras ou de elevada complexidade técnica. As intervenções previstas são compatíveis

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

com a infraestrutura existente e poderão ser detalhadas em projeto básico e/ou executivo, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro.

Há disponibilidade no mercado local e regional de empresas especializadas e aptas à execução dos serviços, com capacidade técnica comprovável por meio de atestados de obras similares, o que assegura a competitividade do certame e a adequada execução do objeto.

**13.2 Viabilidade Econômico-Financeira**

A contratação é economicamente viável, considerando que a solução proposta prioriza a reforma e revitalização de equipamento público existente, alternativa que apresenta melhor relação custo-benefício quando comparada à implantação de novo campo de futebol. O reaproveitamento da infraestrutura instalada reduz custos diretos e indiretos, além de minimizar impactos urbanos e ambientais.

O custo estimado da obra será definido com base em pesquisa de preços, referências oficiais de custos da construção civil e/ou orçamentos detalhados, em conformidade com a legislação vigente, assegurando compatibilidade com os preços praticados no mercado e com a disponibilidade orçamentária do Município.

**13.3 Viabilidade Orçamentária e Financeira**

A contratação encontra respaldo na disponibilidade orçamentária da Administração Municipal, estando vinculada às dotações próprias da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura e/ou a recursos provenientes de convênios, transferências ou emendas parlamentares, quando aplicável. O desembolso financeiro ocorrerá de forma parcelada, conforme medições e cronograma físico-financeiro da obra, o que favorece o equilíbrio financeiro do contrato e o planejamento da execução orçamentária.

**13.4 Viabilidade Administrativa e Operacional**

Sob o aspecto administrativo, a contratação é viável, uma vez que a Administração dispõe de estrutura técnica e operacional para o acompanhamento, fiscalização e gestão do contrato, por meio de servidores habilitados ou designados para tal finalidade. A execução indireta da obra mostra-se mais adequada do que a execução direta, considerando a necessidade de mão de obra especializada, equipamentos específicos e gestão técnica continuada.

A contratação permitirá à Administração concentrar-se em suas atividades finalísticas, assegurando a execução da obra com qualidade, prazo e conformidade técnica, sob responsabilidade da empresa contratada.

**13.5 Viabilidade Legal**

A contratação está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, bem como com as demais normas legais e regulamentares aplicáveis às contratações públicas. O objeto é lícito, possível e determinado, e a forma de contratação poderá ser definida de acordo com o valor estimado, a natureza da obra e o planejamento da Administração Pública.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

Não há impedimentos legais ou ambientais que inviabilizem a execução da obra, desde que observadas as exigências técnicas, ambientais e urbanísticas pertinentes, o que reforça a viabilidade jurídica da contratação.

**13.6 Conclusão sobre a Viabilidade**

Diante do exposto, conclui-se que a contratação para a execução da obra de reforma e revitalização do campo de futebol da Vila São José é tecnicamente exequível, economicamente vantajosa, orçamentariamente suportável, administrativamente adequada e juridicamente regular, configurando-se como solução viável e compatível com o interesse público e com os objetivos da Administração Municipal.

**LEANDRO PIERIN GALLINA**

Secretário Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura  
Ordenador da Despesa

**CAIQUE ALEXANDRE DE OLIVEIRA BORBA**

Responsável pela Elaboração do Instrumento